

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Seminário 8 – A história problema e as fontes históricas
Documento / Monumento – Jacques Le Goff

Trabalho apresentado à
disciplina AUH 5867 História da
Arquitetura e da Cidade: Teoria e
Método.

Anne M. A. Capelo
Eduardo Baccani Ribeiro

São Paulo
2020

APRESENTAÇÃO DO AUTOR



Imagem 01: Jacques Le Goff em sua casa. Sem data. Fotógrafo desconhecido

Nascido em 1º de janeiro de 1924 em Toulon, cidade francesa banhada pelo Mar Mediterrâneo - tão caro ao seu antecessor Fernand Braudel -, Jacques Le Goff morre, aos 90 anos, em 1º de abril de 2014 em Paris.

Integrante destacado da terceira geração da Escola dos Annales, toda sua trajetória profissional foi devotada à História, com destaque para os estudos sobre a Idade Média. Suas duas primeiras publicações, *Les Intellectuels au Moyen Âge* e *Merchants et Banquiers au Moyen Âge*, ambos publicados pela Le Seuil em 1957 versam sobre esse período. Entre seus últimos livros publicados figuram *Le Moyen Âge et l'argent: Essai d'anthropologie historique* publicado pela editora Perrin em 2010 e *A la recherche du temps sacré. La légende dorée de Jacques de Voragine* de 2011. As publicações que figuram no arco de tempo entre as primeiras e as últimas são, em sua maioria, também devotadas ao estudo da Idade Média, com destaque para o uso da antropologia histórica e investigações acerca das mentalidades vigentes nos períodos e espaços estudados.

Além dos estudos voltados ao período medieval, é notória a presença de textos voltados à teoria da história em sua produção, são exemplos: coleção em três volumes de *Faire de l'histoire*, dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora e lançada pela Editora Gallimard em 1974. Em cada um dos volumes desta coleção são apresentados novos problemas, novos temas e novos objetos para

a prática do fazer histórico; *La Nouvelle Histoire*, por sua vez, é escrito em colaboração com Jacques Revel e lançado pela editora Retz em 1978; *História e Memória*, que inclui o texto neste seminário trabalhado, é publicado primeiramente na Itália em 1986 pela Editora Einaudi¹ e em 1988 na França pela Editora Gallimard. Em 1990 é publicado no Brasil pela Editora da Unicamp - apenas dois anos após a publicação em francês da obra².



Imagem 02: Coleção *Faire de l'histoire* dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora lançada na França pela Editora Gallimard em 1974.

Sua vasta produção inclui também dicionários e biografias, além de consultorias para produção de filmes e programas de televisão que retratavam a Idade Média e o cargo de apresentador de um programa de rádio. Le Goff extrapolou o universo acadêmico e discutiu com públicos amplos seus trabalhos.

No campo institucional, por sua vez, faz-se necessário destacar a atuação de Le Goff como presidente da Sexta Seção da École Pratique des Hautes

¹ Mais informações sobre a Editora Einaudi podem ser encontradas no 'Seminário 4' desta mesma disciplina escrito por Adele Belitardo e Gabriela Tamari. A editora foi fundada com a participação de Leone Ginzburg, pai de Carlo Ginzburg.

² Antoine Prost destaca que a primeira edição deste livro é lançada na Itália (PROST, 2020, p.07). No Brasil, a ligeira tradução e lançamento nos indica a importância que os escritos promovidos no seio da Escola dos Annales tem para a produção histórica brasileira e que pode ser explicado, em parte, pela intensa passagem de pesquisadores brasileiros pela EHESS.

Études, ligada ao movimento da Escola dos Annales fundada em 1947, por Lucien Febvre e por ele presidida até sua morte em 1956. Mais adiante, em 1975, a seção é transformada em instituição independente, a École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS).

APRESENTAÇÃO DO TEXTO

O prefixo 'pós', segundo o historiador e crítico literário Marcio Seligmann-Silva, pode ser uma palavra-chave para caracterizar distintas sociedades que ao longo do século XX foram marcadas por diversos e sucessivos eventos de grande violência. São sociedades caracterizadas como "(...) pós-massacre dos armênios, pós-Primeira Grande Guerra, pós-Segunda Guerra Mundial, pós-Shoah, pós-Gulag, pós-guerras de descolonização, pós-massacres do Camboja, pós-guerras étnicas na ex Iugoslávia, pós-massacre dos Tutsis etc." (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 63).

Discussões acerca de temas como memória, narrativa, arquivos e ampliação de fontes documentais, por exemplo, emergem também desses eventos e marcam profundamente o ambiente intelectual do pós-guerras na Europa em diversas disciplinas: história, literatura, filosofia, artes, direito etc. A vivência destas guerras, suas destruições, os genocídios perpetrados por Estados totalitários e todo o trauma resultante destes acontecimentos desencadeiam a necessidade concreta de lidar com um tipo inédito de passado: o passado de difícil narração, aquele que marca os indivíduos pela via do trauma.

Walter Benjamin observa, após a Primeira Grande Guerra, que os soldados sobreviventes voltavam mudos das trincheiras. O filósofo percebe que o que esses indivíduos vivenciaram em batalhas não era passível de ser assimilado por palavras e, portanto, de ser transmitido e testemunhado através da linguagem cotidiana, da narração tradicional. Freud, neste mesmo período, sinaliza que o trauma separa o sujeito de seus aparatos simbólicos, em especial a linguagem (GAGNEBIN, 2006, p. 51).



Imagem 03: Cidade de Dresden, Alemanha, após bombardeio. 1945. Fotógrafo desconhecido.



Imagem 04: Soldados soviéticos libertam prisioneiros do Campo de Concentração de Auschwitz. 1945. Fotografia de Oleg Ignatovich.

No ano de 1947 é lançado um dos primeiros testemunhos em livro de um sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz. *Se questo e un uomo* de Primo Levi é editado na Itália e logo chama a atenção para a dificuldade do uso de formas tradicionais de narração para explicar a situação limite em que se encontravam os prisioneiros de tais campos. *É isto um homem?* Deve ser lido

como título e expressão de narrativas impossíveis, mas necessárias, em que a memória traumática procura comunicar o vivido através da linguagem (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Em certo trecho deste testemunho, Levi descreve um sonho que o atormenta em muitas das noites no campo e que, descobre, era comumente experimentado por outros prisioneiros. O sonho apresenta uma cena familiar excêntrica. Levi descreve:

Aqui está minha irmã, e algum amigo (qual?), e muitas outras pessoas. Todos me escutam, enquanto conto do apito em três notas, da cama dura, do vizinho que gostaria de empurrar pro lado, mas tenho medo de acordá-lo porque é mais forte que eu. Conto também a história da nossa fome, e do controle dos piolhos, e do Kapo que me deu um soco no nariz e logo mandou que me lavasse porque sangrava. É uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa entre pessoas amigas, e ter tanta coisa para contar, mas bem me apercebo de que eles não escutam. Parecem indiferentes: falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio." (LEVI, 1988)

O desespero vivenciado em sonho, ainda quando não era possível saber se conseguiria sair vivo do campo de concentração, é relacionado à impossibilidade da transmissão do terror vivido porque os ouvintes não lhe dão atenção, não escutam, saem do ambiente. Levi questiona: "Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?" (LEVI, 1988). O testemunho foi feito, está à disposição dos leitores, mas "como ressaltam todos os sobreviventes, ela nunca consegue realmente dizer a experiência inenarrável do horror." (GAGNEBIN, 2006, p. 55).

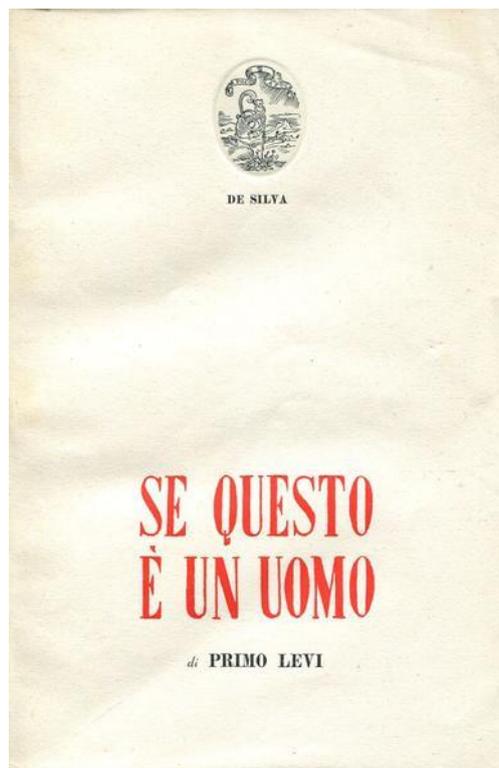


Imagem 05: Primeira edição de Se questo è un uomo de Primo Levi pela editora italiana 'De Silva' de 1947.

Esta impossibilidade do uso da *narração tradicional*, para usarmos termos benjaminianos, e sua inexorável incompletude promove grandes clivagens em toda literatura de testemunho contemporânea, mas também nas discussões históricas e historiográficas. Aleida Assmann, em seu livro *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*, esclarece que os debates acerca da memória dialogam com produções intelectuais através de uma demanda: a carência de toda uma sociedade em lidar com um passado recente que coloca em xeque progressos científicos, tecnológicos, humanísticos e que, por consequência, promove novas questões em diversos campos que também vinham discutindo a inadequação de grandes paradigmas totalizantes para embasar seus trabalhos. Assim:

Vários motivos foram levantados para esclarecer a nova predominância e a contínua fascinação do paradigma da memória: o fim da filosofia da história com sua ênfase na plenitude do presente e na expectativa em relação ao futuro; o fim de uma filosofia do sujeito com sua concentração sobre o indivíduo racional e soberano; o fim de um paradigma científico disciplinar, com sua crescente especialização. A temática dos estudos culturais relativa à memória não se mostra apenas como um novo campo de estudos, mas também uma maneira especial de processar as amplas malhas de problemas que concernem ao todo da sociedade. (ASSMANN, 2011, p. 22)

Jacques Le Goff não é o único no âmbito da *Escola dos Annales* a integrar discussões acerca da memória e suas consequências para a prática do historiador e o seu trabalho com vestígios do passado. Pierre Nora participa dessa grande discussão através da edição, em 1984, de seu *Les Lieux de Mémoire*. Em seu texto, Nora descreve os ‘lugares de memória’ como aqueles vestígios que transcendem o mero registro. O movimento em torno da memória³ é, por ele, encarado como uma crise que tem como origem um descolamento entre o passado e o presente e chega a falar sobre um desaparecimento de tudo o que se entende como memória ‘no fogo da história’. Assmann, sinaliza que:

Essas afirmações poderiam ser relacionadas a uma crise atual da memória experiencial [Erfahrungsgedächtnis], que consiste no fato de que, com avanço rumo à próxima geração, as testemunhas que sobreviveram à maior catástrofe deste século, a Shoah, terão morrido uma a uma. (ASSMANN, 2011, p. 18)

Ainda sobre isso, Reinhart Kosseleck, historiador alemão, reflete:

Com a mudança de geração muda também o objeto da observação. A partir de um passado que é presente e impregnado de experiências dos sobreviventes constrói-se um passado puro, depurado das experiências. [...] Com a recordação que se esvai, o distanciamento não só aumenta, também se altera sua qualidade. Em breve, somente os documentos falarão, carregados de imagens, filmes e memórias. (KOSSELECK, 1994, p. 117)

Esta observação de Kosseleck acerca dos desdobramentos das experiências significa, para a pesquisa e escrita da história, uma alteração dos critérios: eles se tornam mais sóbrios, mas, ao mesmo tempo, menos empíricos. O referencial ‘político-existencial’, como coloca Assmann, é perdido. Este processo de descorporificação do passado desemboca na cientificização do fazer histórico. Desta maneira, a pesquisa histórica fundamentada na abstração se opõe à lembrança corpórea dos eventos (ASSMANN, 2011, p. 18).

Quando Le Goff abre seu texto *Documento / Monumento*, menciona logo no início uma distinção de natureza semelhante àquela que separa a história de uma memória coletiva: “A memória coletiva e a sua forma científica, a história,

³ Faz-se necessário ressaltar que, na França, a banalização da memória, já distante, de alguma forma, da ética que é parte da reação aos testemunhos do pós-guerra traz incômodos a vários historiadores.

aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.” (LE GOFF, 1990, p. 535). O autor inicia o Prefácio de *Memória e História*, livro da qual *Documento / Monumento* faz parte, com a seguinte abordagem: “O conceito de história parece colocar hoje seis tipos de problemas” (LE GOFF, 1990, p. 07). O primeiro desses problemas abordados é justamente a relação entre “a história vivida” e o “esforço científico para descrever, pensar e explicar esta evolução, a ciência histórica” (LE GOFF, 1990, p. 07). Os outros seis problemas encarados são: 2) a relação da história com o tempo, com a duração; 3) o sentido da história a partir da constatação de uma crise do sentido de progresso histórico; 4) O problema do historiador frente ao futuro da humanidade e de abordagens teóricas que tendem a um fim, como o marxismo; 5) A longa duração sob a ótica de disciplinas como a antropologia que permite perceber permanências nas sociedades mesmo diante de eventos que poderiam ser lidos através da lente da ruptura; 6) É possível entender a história somente como uma ‘história do homem’?.

Estas perguntas, além de intimamente ligadas às discussões acerca da memória, do testemunho e do documento também trazem questões caras aos membros da Escola dos Annales desde seu início. Le Goff faz parte do que é chamado de “Terceira Geração dos Annales”. Para entender as motivações para a escrita de *História e Memória*, para além de seu diálogo com o movimento memorialístico então vigente na Europa, faz-se necessário retomar as características desta terceira geração de historiadores ‘annalistas’.

A terceira geração da Escola dos Annales não tem, como as duas anteriores, um núcleo. Esta terceira geração é policêntrica e apresenta perspectivas e temas variados trabalhados por seus diversos membros. Por outro lado, algumas características coletivas podem ser lidas como especificidades deste momento: a) aspectos administrativos e públicos da Escola; b) escolhas metodológicas do fazer historiográfico que, muitas vezes, trazem em seu bojo um confronto com as escolhas feitas pela geração anterior representada por Fernand Braudel. Segundo Peter Burke,

O surgimento de uma terceira geração tornou-se cada vez mais óbvio nos anos que se seguiram a 1968. Em 1969, quando alguns jovens como André Burguière e Jacques Revel envolveram-se na administração dos Annales, em 1972, quando Braudel aposentou-se da Presidência da VI Seção, ocupada, em seguida, por Jacques Le Goff; e em 1975, quando a velha VI Seção desapareceu e Le Goff tornou-se o Presidente

da reorganizada École des Hautes Études en Sciences Sociales, sendo substituído, em 1977, por François Furet. (BURKE, 1992, p. 80)

A redescoberta da história das mentalidades, assim como a tentativa do emprego de métodos quantitativos para análises na história cultural - e a subsequente reação a este método - marcam a terceira geração e moldam sua opção pelo uso da antropologia histórica, um retorno à política e ainda um ressurgimento da narrativa nos trabalhos desse período. Para Peter Burke, essas escolhas tem em seu centro uma reação à geração de Braudel que prezava por certo determinismo e uma marginalização da história cultural e das mentalidades dentro da Escola. Ainda segundo o mesmo autor, neste terceiro momento “o itinerário intelectual de alguns historiadores dos Annales transferiu-se da base econômica para a “superestrutura” cultural (BURKE, 1992, p. 57).

Jacques Le Goff e seu colega Georges Duby, medievalistas, são nomes de destaque da Escola no que se refere ao emprego da história das mentalidades em seus estudos. Febvre, da primeira geração dos Annales, navega pela análise do ateísmo no século XVI e observava o quão impreciso era o sentido de tempo nesse momento, quando as pessoas não conheciam suas próprias idades e na qual a passagem do tempo durante o dia era medido pelo movimento do sol. Le Goff, em 1960, publica um artigo intitulado “O tempo dos mercadores e o tempo da Igreja na Idade Média” na qual retoma os estudos sobre o sentido do tempo de Febvre e o emprega no estudos dos conflitos entre o clero e os mercadores (BURKE, 1992, p. 60). Mas,

Sua contribuição mais substancial (...) para a história das mentalidades, ou à história do “imaginário medieval”, como agora denomina, foi realizada vinte anos depois com a publicação do *La naissance du purgatoire*, uma história das mudanças das representações da vida depois da morte. Segundo Le Goff, o nascimento da ideia de Purgatório fazia parte da “transformação do cristianismo feudal”, havendo conexões entre as mudanças intelectuais e as sociais. Ao mesmo tempo, insistia na “mediação” de “estruturas mentais”, de “hábitos de pensamento”, ou de “aparatos intelectuais”, em outras palavras, de mentalidades, observando que, nos séculos XII e XIII, surgiram novas atitudes em relação ao tempo, espaço e número, inclusive o que ele chamava de “livro contábil da vida depois da morte” (BURKE, 1992, p. 61)

Em sua segunda geração, a Escola privilegia os estudos que tem a história social e econômica em seu centro, marginalizando, como foi dito, a história das mentalidades. Um método caro à segunda geração, a abordagem

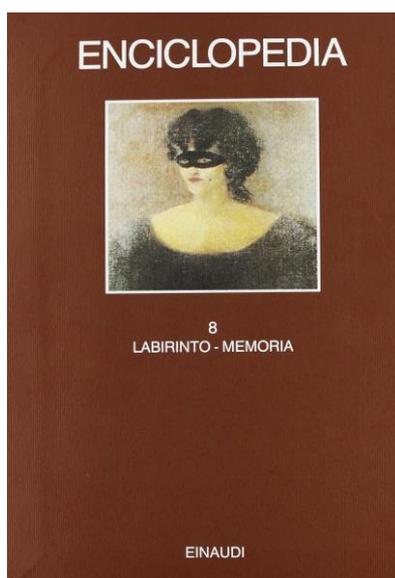
quantitativa, também pode explicar a propensão aos social e econômico. Afinal, uma abordagem quantitativa das mentalidades não oferece a mesma sustentação que a abordagem socioeconômica permitia. Em 1970, essa estratégia já se mostrava demasiado determinista, o que provoca reações por parte dos jovens historiadores que veem na política, na narrativa e, principalmente, na antropologia como possibilidades de mudanças no fazer histórico (BURKE, 1992, p. 66). Assim,

A viragem antropológica pode ser descrita, com mais exatidão, como uma mudança em direção à antropologia cultural ou “simbólica”. Afinal de contas, Bloch e Febvre leram o seu Frazer e seu Lévy-Bruhl e usaram essas leituras em suas obras sobre a mentalidade medieval e seiscentista. Braudel era familiarizado com a obra de Marcel Mauss, que fundamenta sua discussão sobre fronteiras e intercâmbios culturais. Na década de 60, Duby utilizara os trabalhos de Mauss e Malinowski sobre a função dos presentes, a fim de entender a história econômica da baixa Idade Média (Duby, 1973). (BURKE, 1992, p. 66)

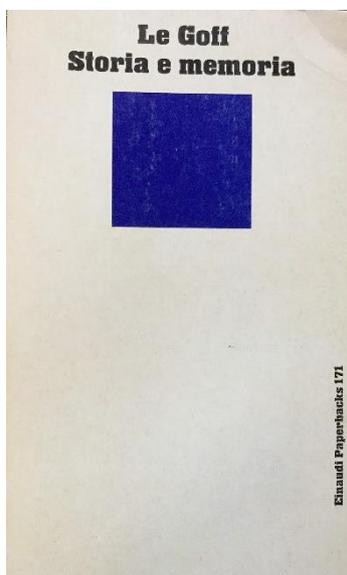
Le Goff, por exemplo, trabalha com o que pode-se chamar de ‘antropologia cultural da Idade Média’, na qual lança mão de estudos que tem como fonte das lendas aos os gestos simbólicos da vida em sociedade, como a vassalagem. Os historiadores annalistas da terceira geração parecem estabelecer uma relação mais séria com a antropologia, ao contrário se seus antecessores que sobrevoavam a disciplina em busca de novos conceitos que poderiam ser aproveitados em seus estudos (BURKE, 1992, p. 66).

Uma última faceta que merece nossa atenção é o caráter popular desta fase. Nela, o que se produz dentro da Escola torna-se popular na França. Os livros dos historiadores viram best-sellers e a participação dos mesmos, inclusive Le Goff, em programas de rádio e televisão tornam-se cada vez mais comuns.

O PERCURSO DE UMA PUBLICAÇÃO



Imagens 6: *Enciclopedia Einaudi. Volume 8: Labirinto-Memoria*. 1982. *Documento / Monumento* aparece pela primeira vez nesta publicação italiana.



Imagens 7: Primeira publicação de *Storia e Memoria* lançado pela Editora Einaudi em 1986. O livro é o resultado da compilação de textos de Le Goff presentes em números diversos da Enciclopedia Einaudi.

O livro *História e Memória* nasce da reunião de textos de Jacques Le Goff que foram inicialmente publicados em números diversos da *Enciclopedia Einaudi* que fora lançada na Itália entre 1977 e 1984 pela editora de mesmo nome. Em 1986, a mesma editora publica *Storia e Memoria* e, somente no ano de 1988, o livro é publicado no país de origem do autor através pela Ed. Gallimard sob o título *Histoire et Mémoire*.

TEMA

Ao pensar a trajetória de determinada comunidade, de um período de transformações importantes ou de um indivíduo em particular, nos dias de hoje, conscientes do distanciamento entre passado e presente, parece bastante clara a ideia de que versar sobre essas questões demanda uma base documental que fundamente qualquer explicação ou interpretação acerca desses objetos, para alguns dos quais, sem muito esforço, pode-se, eventualmente, encontrar signos materiais, relatos orais, registros impressos e uma multiplicidade de fontes que podem, à primeira vista, informar determinadas características desses elementos. No entanto, sob um olhar mais diligente, ao se deparar com todo esse acervo que sobreviveu ao tempo, todos os materiais encontrados podem ser classificados como documentos capazes de fornecer uma explicação histórica sobre esses objetos? Nesse sentido, portanto, o que seria, à luz das noções empreendidas no campo da história a partir do século XX, um documento e qual a melhor forma de se lidar com ele?

Esses questionamentos um tanto simplistas, mas fundamentais para a prática do historiador, em parte, são elucidados por Le Goff ao tomar como tema do texto discutido nesta reflexão dois materiais que, de acordo com sua perspectiva, estão sob a influência da memória coletiva e sua forma científica, a história: os documentos e os monumentos.

Com relação aos monumentos, o autor esclarece que

a palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 1990, p. 535).

Ainda sobre esses elementos, Le Goff pontua que

desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1990, p. 536).

Em vista disso, é importante pontuar que Le Goff reconhece uma tendência na espacialização dos monumentos em dois grupos que são distintos à divisão que havia indicado o historiador da arte Alois Riegl em 1903 na introdução do livro *Projet de législation des monuments historiques* – e, posteriormente, reiterado por Choay (2011)⁴ – ao identificar essa categoria em: *monumentos*, aqueles produzidos com caráter intencional e identificatório (como os mencionados por Le Goff anteriormente), e monumentos históricos, artefatos não intencionais e selecionados em virtude de seu valor histórico. Embora Le Goff não faça qualquer menção à divisão indicada por Riegl – e o objetivo aqui não seja se aprofundar na diferença entre essas considerações, mas pontuar tal ocorrência – fica evidente que pela perspectiva de ambos os autores o monumento é entendido enquanto uma tentativa de se “evocar o passado”, “perpetuar a recordação”, lembrar acontecimentos constitutivos da identidade.

Sobre o documento, pontuando características, origem, transformações de significado e destacando diferenças com o monumento, Le Goff tece a seguinte consideração:

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* 'ensinar', evoluiu para o significado de 'prova' e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de "papel justificativo", especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito (LE GOFF, 1990, p. 536).

Nesse sentido, Le Goff observa que a sobrevivência dos mencionados materiais – monumento e documento – não se dá diante daquilo que necessariamente existiu no passado, mas, sim, por meio de um processo de seleção – consciente ou não – efetuado “quer por aqueles que atuam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se

⁴ Choay (2011), retomando a análise de Riegl, pontua que o monumento, sob formas, naturezas e dimensões variadas, existiu em todas as culturas e sociedades humanas e tem por objetivo ancorar essas sociedades em um espaço natural e cultural, tanto na temporalidade humana como na da natureza.

dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, p. 535)”. Sendo assim, na visão do autor, o monumento é uma “herança do passado”, uma recordação para a memória, enquanto o documento é uma escolha do historiador, um material do campo da história. Ou seja: monumento e documento são observados como materiais selecionados por determinados agentes visando à composição da memória – esta entendida como uma instância que fornece quadros de representação, orientação e identidade em suas variadas vertentes: individual, coletiva e nacional (MENESES, 1992) – e, também, como elementos que são resgatados para a construção da história – sendo esta, diferentemente da memória, entendida como uma forma intelectual de conhecimento com função crítica (MENESES, 1992).

Em vista disso, é válido pontuar, portanto, que Le Goff, ao tomar como tema de seu texto monumento e documento, também está tratando de suas dimensões de resgate, validação e retenção: a memória e a história. Meneses (1990), ao abordar o tema da memória e da história, reconhece a primeira como “fato social”, uma operação ideológica de permanente construção e reconstrução que ocorre no presente para responder solicitações do presente. Esta visão também é reiterada por Lepetit (2001) ao abordar a questão da história sob a perspectiva de Lucien Febvre, um dos fundadores da revista dos *Annales*. Mais uma vez, o presente se destaca como espaço de construção:

Pode-se atribuir à fórmula de Lucien Febvre frequentemente citada, “a história é filha de seu presente”, uma significação fraca: a fonte documental, herdada do passado, não impõe sua evidência, e é a partir das questões do presente que a pesquisa histórica reconstitui os objetos passados. É melhor entendê-la de uma maneira mais forte: o passado não se conserva, mas constitui o objeto de uma reconstrução sempre recomeçada. (LEPETIT, 2001, p. 223).

Pierre Nora, ao confrontar esses campos – história e memória – que, segundo o autor, se opõem, fornece uma observação elucidativa:

Memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 2012, p. 9).

Isto posto, memória e história, ao mesmo tempo em que se opõem, como coloca Nora (2012), também se validam no tempo presente. Nesse sentido, como mencionado anteriormente, ganha protagonismo o agente social em suas mais diferentes esferas que com as reações e escolhas efetuadas em seu tempo é capaz de moldar, perpetuar, soldar, dilapidar, questionar, inflexionar ou esquadriñar aspectos materiais, espirituais e intelectuais pertinentes a esses respectivos campos.

Dessa forma, ao discutir a temática do monumento e do documento, Le Goff, seja pela perspectiva de uma operação cognitiva – a história – ou ideológica – a memória – está abordando materiais resultantes da operacionalidade humana em um tempo passado que são mediados, selecionados e armazenados – de forma consciente ou não – por determinados agentes, demandas e olhares que partem e se constroem a partir do presente. Evidentemente, ao iluminar criticamente essa trama, Le Goff desenvolve sua argumentação a partir da história, esse impulso “conquistador” e “erradicador” extraído da memória que tem por efeito a revelação; pois “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 2012, p. 9) e, portanto, também, diante de sua incompletude e relatividade.

OBJETIVO

O objetivo de Le Goff no texto, além de destacar os métodos utilizados e as transformações de significado que se operaram ao longo dos anos sobre os termos monumento e documento, é evidenciar a necessidade de uma profundidade crítica do historiador diante do documento. O próprio título do capítulo discutido nesta reflexão, “Documento/Monumento”, evidencia o objetivo do autor no texto.

Assim, no que se refere ao documento, Le Goff demonstra a ocorrência, ao longo dos anos, de uma variação quantitativa e, também, qualitativa, permeada por novas fontes de armazenamento, de pesquisa e, conseqüentemente, por novas formas de lidar com esse campo em ampliação. Por meio desse processo, o autor evidencia que a “revolução documental”, que ocorreu no século XX e na qual o termo documento consolidou-se como um artefato que em suas diversas modalidades é selecionado e inserido em um processo científico que deve apresentar, necessariamente, um teor crítico, faz parte da alteração metodológica que o próprio campo da história alcançou naquele período, tendo destaque as importantes contribuições feitas pela Escola dos Annales.

A partir disso, Le Goff objetiva demonstrar que os termos documento e monumento, não mais vinculados a uma abordagem positivista, se fundem em uma terminologia que tem como norte a produção cognitiva e crítica do conhecimento histórico: para Le Goff, o documento, deve ser tratado como documento/monumento e observado, previamente, como monumento, ou seja, tão somente como uma “herança do passado” que demanda avaliação crítica e apuro metodológico do historiador para que, a partir dessa operação, possa ser transferido do campo da memória para o da história, tornando-se um elemento libertador. Pois, o documento, enquanto documento/monumento, é a chave que pode cumprir a missão de deslegitimar o passado, “destruir” e “repelir” a memória, uma vez que, para Le Goff, a memória, espaço no qual cresce a história, deve ser enfrentada como um terreno capaz de promover a “libertação” e não a “escravidão dos homens”.

ESTRUTURA DO TEXTO E ARTICULAÇÃO DOS ARGUMENTOS

O livro “História e Memória”, do qual faz parte o texto “Documento/Monumento”, analisado nesta reflexão, está dividido em quatro partes que se subdividem em 10 capítulos: “História”; “Antigo/Moderno”; “Passado/Presente”; “Progresso/Reação”; “Idades Míticas”; “Escatologia”; “Decadência”; “Memória”; “Calendário”; “Documento/Monumento”. Por sua vez, “Documento/Monumento” é composto por três subcapítulos: “Os materiais da memória coletiva e da história”; “O século XX: do triunfo do documento à revolução documental”; “A crítica dos documentos: em direção aos documentos/monumentos”.

No primeiro subcapítulo, “Os materiais da memória coletiva e da história”, Le Goff, após uma explanação geral sobre o tema, desenvolve uma revisão historiográfica na qual aciona relatórios, correspondências oficiais e a produção de alguns autores⁵ objetivando pontuar variações que os termos monumento e documento apresentaram ao longo do século XVIII e as diferentes formas de lidar com esses materiais. Desde a ideia de que o papel do bom historiador seria estar o mais próximo possível dos materiais do passado, sem lhes acrescentar nada que eles não continham – nesse sentido, portanto, havendo um predomínio do monumento sobre o documento – até o início, no final daquele século, do que viria a ser uma “nova história”⁶, passando, assim, a sinalizar para um processo de lenta ascensão dos documentos em detrimento dos monumentos.

No segundo subcapítulo, “O século XX: do triunfo do documento à revolução documental”, o autor inicia observando que no século XIX, com a escola positivista, o documento triunfa. Esse triunfo, segundo Le Goff, coincide com o triunfo do próprio texto, que passa a ser a principal base documental para a história. Assim, Le Goff esclarece que não há uma alteração na concepção do termo documento, mas um enriquecimento e uma ampliação de seu conceito, que a partir de finais do século XIX passa a reconhecer como documento não apenas as expressões escritas como outros tipos de fontes documentais. Em

⁵ Como, por exemplo, Fustel de Coulanges, Don Jean Mabillon, Daniel van Papenbroeck, Bréquigny e La Porte du Theil.

⁶ Segundo Le Goff (2011), o termo “nova história” já era empregado por Henri Berr em 1930 e se deve às renovações que se operaram nessa área. De acordo com o autor, a história nova ampliou o campo do documento histórico e se fundamentou em uma variedade de documentos que iam além dos textos e documentos escritos, abarcando: escritos de todos os tipos, documentos iconográficos, resultados de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Le Goff (2011) observa que o programa da história nova já estava presente, na primeira metade do século XIX, em publicações de Chateaubriand e Guizot.

vista disso, o autor indica a revista dos *Annales*, fundada nas primeiras décadas do século XX, como uma importante frente na busca por essa “nova história” e na ampliação das fontes documentais:

Os fundadores da revista "Annales d'histoire économique et sociale" (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 1990, 539-540).

Isto posto, o autor recorre a historiadores como Marc Bloch, Lucien Febvre, Charles Samaran, Jean Glénisson para demonstrar uma nova postura diante da produção histórica, que passa a entender a necessidade de um olhar mais ampliado e capaz de “fazer falar as coisas mudas”, de modo que o termo documento se amplia em uma primeira etapa do que seria, a partir dos anos de 1960, uma verdadeira *revolução documental*. No entanto, como observa Le Goff, essa mencionada revolução é quantitativa e, também, qualitativa, uma vez que estão sendo discutidas não apenas novas fontes documentais como também novas instâncias e agentes:

Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens (...) (LE GOFF, 1990, p. 541).

Em vista disso, o autor observa, recorrendo também a outros autores⁷, que esse período marcou a entrada na história das “massas dormentes”, da documentação de massa, a qual foi beneficiada pela revolução tecnológica possibilitada pelo computador, que tornou acessível um corpus vasto, uma memória que se tornou patrimônio cultural e que passou a demandar uma nova

⁷ Marczewski, Gardin, Furet, Ozouf, Chaunu.

erudição na medida em que ganhou corpo o problema⁸, aquilo que se objetiva demonstrar ao acessar a memória e dela extrair sua dimensão científica: a história. Tendo-se, dessa forma, uma revolução da própria consciência historiográfica. Ou seja, a partir das colocações do autor, pode-se perceber o século XX como um período de grandes transformações para o campo da história, sejam elas documentais, tecnológicas, historiográficas ou metodológicas.

No terceiro subcapítulo, “A crítica dos documentos: em direção aos documentos/monumentos”, Le Goff destaca que não foi a revolução documental e uma reflexão crítica da história, tampouco o documento extraído da memória ou posicionado na condição dado nos novos sistemas de montagem da história serial o ponto mais fundamental de todo esse processo que ocorreu durante o século XX, mas, sim, uma crítica em profundidade da noção de documento, a qual, segundo o autor, foi empreendida pelos fundadores dos *Annales*. Assim, isto posto, Le Goff atinge o ponto nevrálgico de seu texto, o que seria, na concepção do autor, o termo documento/monumento:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

Para além de sugerir uma operação metodológica, Le Goff também evidencia a dimensão humana inerente aos diferentes estratos do monumento, ou seja, sinaliza para o fato de não ser possível dissociá-lo do espaço social que o fundamentou, da trajetória e dos agentes que o idealizaram e o preservaram de forma consciente ou não. Posto que a partir do enfrentamento dessas questões de forma não passiva o monumento passa a “permitir a construção científica do documento, cuja análise deve permitir a reconstituição e a

⁸ Segundo Le Goff (2011), os *Annales* objetivaram ajudar a compreender os problemas da história e, assim, tentaram propor uma História que não fosse automática, mas sim problemática, e que esses problemas fossem referentes ao tempo presente para que se pudesse compreender um mundo de instabilidade definitiva.

explicação do passado” (LE GOFF, 2011, p. 138), de forma que a história, a partir da memória, se faça com um olhar alargado, capaz de fornecer os subsídios críticos necessários para fazer transitar entre esses dois campos – a memória e a história – esse material potencialmente fértil: o documento/monumento:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento (LE GOFF, 1990, p. 547-548).

Para Le Goff “no limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1990, p. 548)” e desvendar a roupagem, a aparência enganadora, a montagem que pode revelar as condições de produção desse material. Nesse sentido, as considerações do autor não são direcionadas apenas aos agentes que produziram e intentaram perpetuar determinados elementos, mas, também, ao historiador que, no presente, valida o documento e o analisa segundo seu ponto de fala:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção (LE GOFF, 1990, p. 547).

O documento/monumento, esclarecido por Le Goff, está alargado além do campo da escrita e das considerações positivistas, demandando interdisciplinaridade e se sintonizando com a “nova história”, com os preceitos defendidos pela Escola dos Annales, da qual fez parte o autor. Todo esse movimento de transformação no campo da história estava inserido em uma renovação mais ampla e profunda que se manifestou nas ciências humanas. Isso com relação às ciências existentes, às novas, como, também, àquelas compósitas que uniram duas ciências por meio de um substantivo e um epíteto (história sociológica, demografia histórica, antropologia histórica, etc), ou então

por meio de um neologismo híbrido (psicolinguística, etno-história, etc) e, até mesmo, por meio da associação de ciências distintas (matemáticas sociais, psicofisiologia, etnopsiquiatria, etc) (LE GOFF, 2011).

Retomar as considerações de Le Goff, nos dias de hoje, ainda se mostra um norte fundamental para uma reflexão sempre válida sobre o campo da História e seus instrumentos como, também, faz-se um impulso profícuo para se pensar o papel do historiador e a importância e a responsabilidade de seu exercício crítico.

BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo, SP: UNESP, 1992.

CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em questão**. Belo Horizonte, Fino Traço, 2011.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

JUNGES, Márcia; MACHADO, Ricardo; TEIXEIRA, Igor. **Jacques Le Goff e a reinvenção da história**. 2014. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5476-igor-teixeira>.

KOSSELECK, Reinhart. Posfácio. In: BERADT, Charlotte. **Das Dritte Reich des Traums**. Frankfurt: Suhrkamp, 1994.

LEPETIT, Bernard. Arquitetura, Geografia, História: Usos da Escala. In: **Por uma nova história urbana**. (Org. de Heliana Salgueiro). São Paulo: Edusp, 2001, p. 191-226. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nPacbxF-6DZ3TV_78NtEFk7ZAbdxBhS/view?usp=sharing>. Acesso em: 12 mai. 2020.

LE GOFF, Jacques, "Documento/monumento". **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 535-553. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.

LE GOFF, Jacques. "A história nova". In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio Forastieri (Orgs). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 128-176. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Y9v8tJgSabbdrLTkaLQTx-xJt4I7cyU/view?usp=sharing>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 31 dez. 1990.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 29 maio 2020.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.

TEIXEIRA, Igor S.. Antropologia histórica e antropologia escolástica na obra de Alain Boureau. **Bulletin Du Centre D'études Médiévales D'auxerre**, Auxerre, v. 18, n. 1, 19 jun. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cem/13439#quotation>. Acesso em: 01 jun. 2020.